

PODER

Esplanada entrará em modo transformação

De olho nas eleições, ministros começarão a entregar os cargos já no mês que vem

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ao menos 20 ministros devem deixar o governo até 4 de abril, data final de desincompatibilização, para concorrer nas eleições deste ano. A titular do Meio Ambiente, Marina Silva, por exemplo, almeja disputar uma cadeira no Senado. Ela terá de definir, porém, qual será o seu novo partido, já que decidiu deixar a Rede após divergências com a deputada federal Heloísa Helena (Rede-RJ).

Segundo aliados de Marina, ela conversa com, ao menos, três legendas: PSOL, PSB e PT. O desejo da ministra de disputar o Senado pode esbarra na eventual candidatura do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), a um lugar na Casa. Caso isso ocorra, conforme apurou o Correio, Marina, "em consideração" ao colega se lançaria para deputada federal por São Paulo.

Independentemente da escolha entre Senado e Câmara, Marina vai ficar no ministério até o fim do prazo de desincompatibilização. A expectativa é de que ela seja, então, substituída pelo secretário-executivo João Paulo Capobianco.

Haddad, por sua vez, deixará o cargo possivelmente no mês que vem. A vaga será ocupada pelo número 2 da Fazenda, Dario Durigan.

Quando questionado sobre qual cargo vai disputar, o ministro se limita a dizer que pretende "ajudar" Lula a buscar a reeleição. O nome dele, porém, ganha força na disputa de eleições para o Senado.

A ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), é uma das figuras-chave do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que já confirmaram o desejo de disputar o Senado pelo Paraná, estado governado pelo presidenciável Ratinho Júnior (PSD).

Segundo interlocutores da Secretaria, a petista ficará no posto até o início de abril. Ela dará lugar a **Olavo Noleto**, chefe do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, grupo conhecido como "Conselhão".

Figura conhecida em outros mandatos do líder petista, Noleto atuou como secretário-executivo da Secretaria de Relações Internacionais quando Alexandre Padilha — atual titular da Saúde — ainda comandava a SRI. Ele deixou o cargo no início do ano passado.

Diogo Zacarias/MF



Número 2 da Fazenda, Dario Durigan deve assumir o ministério no lugar de Fernando Haddad

Filiado ao PT

Noleto é goiano e vai completar 52 anos em fevereiro. Filiado ao PT, fez parte do Diretório Nacional do partido quando Gleisi Hoffmann presidiu a legenda, na época em que o PT enfrentava uma crise provocada pelo escândalo da Operação Lava Jato, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e a derrota para o ex-presidente Jair Bolsonaro (então no PSL), nas eleições de 2018. Ele também teve cargos na prefeitura de Maricá (RJ) entre os anos de 2019 e 2022, e na prefeitura de Aparecida de Goiânia (GO), entre 2018 e 2019.

Outro ministério-chave com baixa prevista será o da Casa Civil. O titular, Rui Costa (PT-BA), deve se candidatar ao Senado. Governada pelo petista e candidato à reeleição Jerônimo Rodrigues, a Bahia é vista pelo PT como um dos estados estratégicos para a campanha de quarto mandato de Lula.

Já o ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE), anunciou que aguarda autorização de Lula para sua saída da pasta. Embora

a número 2 da pasta, Míriam Belchior, ocupe o posto.

A lista de cotados a concorrer a cargos no Senado nas eleições desse ano ainda abrange os ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), André Fufuca (Esporte) e Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional).

Dessa lista, apenas o titular de Portos e Aeroportos, filiado ao Republicano, confirmou que deixará oficialmente o ministério no início de abril para iniciar sua pré-campanha ao Senado por Pernambuco. Já Góes (PDT), que almeja concorrer pelo Pará, Fufuca pelo Maranhão, e Fávaro (PSD), por Mato Grosso, não confirmaram se vão ficar em seus respectivos ministérios até o prazo final de desincompatibilização.

Quanto aos substitutos, há expectativas as pastas de Portos e Aeroportos e da Integração Regional sejam ocupadas por Tomé Monteiro França e Valder de Moura, respectivamente. Em relação aos ministérios da Agricultura e do Esporte, ainda não foram ventilados nomes de substitutos.

Já o ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE), anunciou que aguarda autorização de Lula para sua saída da pasta. Embora

ele considere candidatar-se ao Senado, há sinalizações de que concorra ao governo do Ceará.

Outros cotados para candidatura ao Senado são os ministros do Planejamento, Simone Tebet (MDB-MS), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG).

Além dos nomes em negociação para disputa a um cargo no Senado, há ministros que planejam concorrer à Câmara ou a governos estaduais.

Na corrida por Executivos estaduais, nomes como Renan Filho, dos Transportes (MDB-AL) e Márcio França (PSB-SP), do Empreendedorismo, são cotados para concorrer ao governo dos respectivos estados. Eles devem ser substituídos por seus secretários-executivos: George Santoro e Francisco Alencar.

Já para a Câmara, a lista conta com Jader Filho, de Cidades (MDB-PA), Aline Franco, da Igualdade Racial (PT-RJ), André de Paula, da Pesca (PSD-PE), Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário (PT-SP), Wolney Queiroz, da Previdência Social (PDT-PE), e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas (PSOL-SP). Macaé Evaristo (PT-MG), ministro dos Direitos Humanos, deve entrar na corrida pelo cargo de deputado estadual.

Em defesa do fortalecimento da ONU

AFP



Lula e Macron também falaram sobre a criação do Conselho de Paz

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou, ontem, com o presidente da França, Emmanuel Macron, sobre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a respeito do Conselho de Paz, criado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sob a alegação de acompanhar o processo de reconstrução da Faixa de Gaza, devastada pela guerra entre Israel e Hamas. A situação na Venezuela, invadida por tropas americanas no início de janeiro, também foi tema da ligação.

Lula e Macron endossaram a necessidade de fortalecimento da ONU. A bandeira é levantada pelos dois países enquanto os EUA esperam uma resposta do Brasil sobre um convite para integrar o Conselho de Paz. A posição do Planalto, até o momento, é de conversar com líderes mundiais antes de se posicionar.

Macron, por sua vez, já negou o convite para a França integrar o Conselho. A justificativa é de que o colegiado pode ter potencial de enfraquecer a ONU.

Em discursos na semana passada, o chefe do Planalto criticou a criação do grupo, ao afirmar que o mundo tem sido marcado pelo enfraquecimento do multilateralismo e pela imposição da "lei do mais forte".

"Em vez de corrigir a ONU, como a gente reivindica desde 2003, o presidente Trump está fazendo

uma proposta de criar uma nova ONU em que ele, sozinho, é o dono", pontuou, na ocasião.

O contato entre Lula e Macron ocorreu um dia após o presidente brasileiro falar por telefone com Trump sobre o Conselho de Paz. Na ocasião, o chefe do Executivo pediu ao americano que a Palestina tenha assento permanente no colegiado. Ele também reafirmou a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, que envolve a ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança.

Os dois também acordaram de se encontrarem em Washington.

A visita de Lula à Casa Branca deve ocorrer após a volta do petista da Índia e da Coreia do Sul em fevereiro. A data será definida pelas equipes diplomáticas.

No telefone com Macron, Lula também tratou da situação na Venezuela. Ambos condenaram o uso da força pelos EUA e enfatizaram o ambiente de paz e estabilidade da América do Sul.

Mercosul

Outro tópico da conversa foi o acordo Mercosul-União Europeia, refutado pela França. Lula ressaltou a importância do

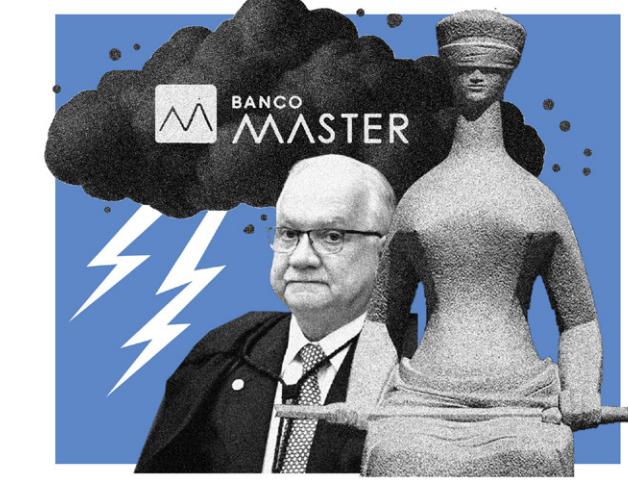
multilateralismo e da assinatura do pacto. Na ligação foram abordados ainda a cooperação bilateral, principalmente em relação a assuntos como ciência, tecnologia e defesa. "A esse respeito, comprometeram-se a instruir suas equipes técnicas a ultimar as negociações em curso, com vista a conclusão de acordos ainda no primeiro semestre de 2026", informa a nota da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom).

A conversa com Macron ocorreu horas antes de Lula embarcar para o Panamá, onde participa hoje do Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe. (FAL)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



O caso Master, Fachin e a transição jurídica inacabada do Supremo

Durante a Lava Jato, havia duas linhas de atuação no Supremo Tribunal Federal (STF), a ponto de uma das Turmas ser chamada pelos advogados de Jardim do Éden e a outra, de Câmara de Gás. Em algum momento essa divisão entre garantistas e punitivistas, digamos assim, foi ultrapassada pela necessidade de defender a democracia e o devido processo legal, ameaçados pelo então presidente Jair Bolsonaro. Tanto que essas ameaças se consumaram na tentativa de golpe de 8 de janeiro.

Desde então, o Supremo vem sendo um grande protagonista da política nacional, quando se sabe que a Corte só atua sob demanda. Seus ministros alargaram seus poderes em todas as direções, não apenas em relação à excepcionalidade do processo das fake news, a cargo do ministro Alexandre de Moraes, que viu guarda-chuva para julgar e condenar os golpistas, entre os quais Bolsonaro. Volta e meia, em casos de grande repercussão, um ministro dá um drôle a mais sem ser o Garrincha.

No caso do Master, a Corte está sendo submetida a um forte desgaste junto à opinião pública, e seu presidente, ministro Edson Fachin, apresenta uma proposta de Código de Conduta para a atuação dos seus pares com amplo apoio na sociedade e, à vera mesmo, quase nenhum dos colegas. Tanto que a discussão da proposta já foi adiada para depois das eleições, ou seja, pode ficar para as calendas. Na prática, o que acontece na Corte que mais desgasta sua imagem pode ser resumido na frase "advogado não é parente".

O Judiciário não é eleito. Sua legitimidade não decorre do voto, mas do ingresso por concurso ou da indicação constitucional seguida de sabatina, no caso dos tribunais superiores. Essa é a chamada legitimidade de entrada. Contudo, ela não se sustenta sozinha ao longo do tempo. Há uma segunda dimensão, mais exigente e permanente: a "legitimidade da caminhada", construída por decisões fundamentadas, jurisprudência estável, previsibilidade e conduta compatível com a função constitucional de julgar.

É nessa dimensão que se concentra o desgaste recente do STF, agravado por casos de grande impacto político e econômico, como o do Master. O problema não está apenas no conteúdo das decisões. Cresce a percepção de que o Supremo passou a atuar como gestor de crises, e não apenas como guardião da Constituição.

O Judiciário costuma ser alvo de ataques por três razões principais: o seu papel de controle sobre os demais Poderes, o que inevitavelmente incomoda governantes e maioria com pretensões hegemônicas; o fato de ser um Poder sem força material própria, que não dispõe de armas nem de meios coercitivos diretos, dependendo da aceitação social e da cooperação institucional, porém vulnerável a campanhas de deslegitimização; e o papel assumido no pós-guerra, especialmente no constitucionalismo contemporâneo, de proteger direitos fundamentais e minorias, o que provoca reações de setores contrários a essa agenda.

Liderança moral

O presidente do STF tem insistido na necessidade de limites institucionais claros e na preservação da autoridade da Corte por meio da autocontenção. Em uma de suas manifestações mais diretas, afirmou que "o Supremo Tribunal Federal não é poder moderador, nem substituto da política", advertindo que a Corte não pode ocupar o espaço próprio do Executivo e do Legislativo. Em outra ocasião, ressaltou que "a legitimidade do Judiciário não se constrói pela força, mas pela fundamentação das decisões e pela fidelidade à Constituição".

Para Fachin, a autoridade do Judiciário depende da coerência jurisprudencial, do respeito ao devido processo legal e da previsibilidade. Como sintetizou, "juiz não decide conforme a vontade do momento, decide conforme o direito". Trata-se de uma defesa da estabilidade institucional sob pressão política e judicialização excessiva.

Esse desgaste do Supremo, porém, precisa ser compreendido à luz de uma transição inacabada do direito germânico-romano para o modelo anglo-saxão. Tradicionalmente, o Brasil se filiou ao primeiro, baseado na centralidade da lei escrita e na exegese restritiva. Nesse modelo, o juiz aplica a lei; não a cria. Contudo, a partir da Constituição de 1988, o Supremo incorporou elementos típicos do common law: precedentes vinculantes, repercussão geral, súmulas vinculantes e uma interpretação constitucional cada vez mais principiológica.

O texto normativo deixou de ser um limite rígido para se tornar ponto de partida, sem um pacto institucional claro sobre seus limites. O resultado é um Judiciário poderoso, mas politicamente exposto; necessário à defesa da Constituição, mas frequentemente ativista. A advertência de Fachin se insere nesse ponto sensível para lembrar que "a Constituição não autoriza soluções de exceção permanentes".

A Corte é chamada a arbitrar conflitos políticos, econômicos e institucionais de forma recorrente, tornou-se, muitas vezes, a primeira arena de disputa. O caso Master expõe as fragilidades de um arranjo institucional em que a transição incompleta entre dois modelos jurídicos amplia o espaço de interpretação judicial sem consolidar, na mesma medida, os freios e contrapesos necessários. Como alertou Fachin, "a confiança pública no Judiciário é construída todos os dias, decisão após decisão". Ocorre que as decisões judiciais se tornam cada vez mais heterodoxas. O custo disso é o desgaste da liderança moral do Supremo na sociedade, mesmo que sua autoridade ainda seja a palavra final, como deve ser, aliás, numa ordem democrática.